**Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 134 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, realizada no dia oito de dezembro de dois mil e vinte e dois, on-line, de forma híbrida, através da Plataforma Zoom.**

Às nove horas e vinte e três minutos do dia oito de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, de forma on-line através da plataforma Zoom, reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC, em Sessão Ordinária número cento e trinta e quatro. Presentes de forma presencial, a Presidente do CAU/SC, Arquiteta e Urbanista **PATRICIA FIGUEIREDO SARQUIS HERDEN,** os senhores Conselheiros Estaduais, Arquitetos e Urbanistas **ANNE ELISE ROSA SOTO, CLÁUDIA ELISA POLETTO, ELIANE DE QUEIROZ GOMES CASTRO, GOGLIARDO VIEIRA MARAGNO, HENRIQUE RAFAEL DE LIMA, JANETE SUELI KRUEGER, JOSÉ ALBERTO GEBARA, JULIANA CÓRDULA DREHER DE ANDRADE, LARISSA MOREIRA, MARIANA CAMPOS DE ANDRADE, MAURÍCIO ANDRÉ GIUSTI** e **RODRIGO ALTHOFF MEDEIROS.** Presente também, de forma presencial, oPresidente da AsBEA/SC, **Coordenador do CEAU-CAU/SC** Arquiteto e Urbanista **RONALDO MATOS MARTINS.** Registra-sea presença, de forma virtual, da conselheira eleita **CARLA RAFAELA EBEL.** Presentesos empregados do CAU/SC, o Secretário dos Órgãos Colegiados **JAIME TEIXEIRA CHAVES**, o Gerente Geral **JOÃO VICENTE SCARPIN,** o Assessor da Presidência **PERY ROBERTO SEGALA MEDEIROS,** o Gerente Administrativo Financeiro **FILIPE LIMA ROCKENBACH,** o Gerente Técnico **PEDRO SCHULTZ FONSECA BAPTISTA**, o Gerente de Fiscalização **LEONARDO VISTUBA KAWA,** a Assessora Jurídica **ISABEL LEAL MARCON LEONETTI,** oAdvogado **CICERO HIPÓLITO DA SILVA JÚNIOR,** o Arquiteto e Urbanista **FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI,** a Coordenadora de Tecnologia e Sistemas da Informação **MARIA CÉLIA FONSECA,** o Coordenador de Eventos **FERNANDO VOLKMER** e a Secretária **BRUNA PORTO MARTINS.** Registram-se as ausências justificadas da Conselheira, Arquiteta e Urbanista, **FÁRIDA MIRANY DE MIRA,** da **Conselheira Federal DANIELA PAREJA GARCIA SARMENTO** e da **Conselheira Federal Suplente VÂNIA STEPHAN MARRONI BURIGO.** A Presidente agradeceu a presença dos funcionários do CAU/SC e registrou a presença doVice-Presidente da AsBEA/SC, **Membro Suplente do CEAU-CAU/SC,** Arquiteto e Urbanista **RICARDO MARTINS FONSECA** e do Conselheiro Suplente **DOUGLAS GOULART VIRGÍLIO.** Após verificação e constatação da existência de quórum, a Presidente disse que pelo fato de a conselheira eleita **CARLA RAFAELA EBEL** estar presente, seria feita primeiramente sua posse e após a da conselheira eleita **SUZANA DE SOUZA,** quando estivesse presente. No item **1.1. Posse das seguintes Conselheiras do CAU/SC para a continuidade do triênio de 2021/2023: a) Arquiteta e Urbanista Carla Rafaela Ebel – Conselheira Titular; b) Arquiteta e Urbanista Suzana De Souza – Conselheira Titular,** a Presidente chamou a conselheira eleita **CARLA RAFAELA EBEL** para prestar declaração de compromisso, nos termos do artigo 112 da Resolução 179 do CAU, que aprova seu regulamento eleitoral. A Conselheira Titular Carla efetuou leitura do Termo de Compromisso. Após, a Presidente efetuou leitura do Termo de Posse. Nesse momento, a Presidente registrou a presença da conselheira eleita **SUZANA DE SOUZA**. Foi combinado que posteriormente a Conselheira Carla enviaria o Termo de Posse assinado. Após, a Presidente chamou a conselheira eleita **SUZANA DE SOUZA** para prestar declaração de compromisso, nos termos do artigo 112 da Resolução 179 do CAU, que aprova seu regulamento eleitoral. A Conselheira Titular Suzana efetuou leitura do Termo de Compromisso. A Presidente efetuou leitura do Termo de Posse e a Conselheira Titular Suzana o assinou. A Conselheira Carla disse que era um prazer passar a integrar o corpo de trabalho do Conselho e se colocou à disposição para contribuir com o que fosse necessário. A Conselheira Suzana disse estar honrada em fazer parte da equipe, relatando que estava à disposição para o momento oportuno e agradeceu o apoio de todos. Nesse momento registra-se a presença da Conselheira **ROSANA SILVEIRA**. Após a execução do hino nacional, a Presidente esclareceu o funcionamento do *chat* da reunião e lembrou da importância de se identificar antes de qualquer contribuição. Em seguida, a Presidente apresentou a pauta da reunião, propondo a inclusão como extra pauta do item **6.7. Recomposição do Plenário do CAU/SC – Homologação (origem: PRES-CAU/SC),** que sem manifestações foi encaminhada para votação e aprovada por maioria dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Anne, Cláudia, Eliane, Gogliardo, Henrique, Janete, José, Juliana, Larissa, Mariana, Maurício, Rodrigo e Rosana, abstenções das conselheiras Carla e Suzana e ausência da conselheira Silvya. No item **4. Discussão e Aprovação das atas da 132ª e 133ª Reunião Plenária Ordinária,** a Presidente informou que foram solicitadas correções em uma das atas. O Secretário Jaime explicou que a Conselheira Cláudia havia solicitado algumas alterações na ata da 133ª Reunião Plenária Ordinária. Em seguida, disse que a Conselheira sugeriu a substituição da palavra “invasões” por “ocupações” na alínea 104, pois foi exposto o seguinte: *invasão: na invasão ocorre a tomada violenta do imóvel, por exemplo, mediante ameaça ou lesão corporal contra quem se encontra na posse; ocupação: aqui há a tomada pacífica do imóvel, sem nenhuma resistência, pois não há ninguém na posse. O exemplo é a ocupação de um terreno abandonado.* Expôs que a Conselheira solicitou que no item **6.1. Eleição do (a) coordenador (a) adjunto (a) da Comissão de Ética e Disciplina** (alínea 208)tambémfosse citado o declínio do terceiro Conselheiro da comissão, no caso o Conselheiro Rodrigo Althoff e na alínea 319 *“... ao assunto que poderia afetar o Conselho no sentido de ter bastante de problemas no...”* retirar da frase o termo “de” passando a ter como nova redação: *“... ao assunto que poderia afetar o Conselho no sentido de ter bastante problemas no...”.* Acrescentou que a Conselheira também apresentou nova propositura de fala na alínea 321, substituindo a frase: “*Após, questionou se o Conselho não deveria estar atuando dentro das instituições de ensino no que compete às grades curriculares ao invés de deliberar sobre algo já colocado como uma situação delicada, julgando ser imaturo deliberar sobre o assunto”* pela frase: *“Após, questionou se o Conselho não deveria estar atuando frente às instituições de ensino, no que compete ao pedido de reconhecimento do curso de arquitetura e urbanismo junto ao MEC, quando o ministério abre um prazo para que os conselhos de classe se manifestem a respeito do reconhecimento de cursos, ao invés de deliberar sobre algo já colocado, numa situação delicada, sugerindo criar-se uma câmara temática para ampliar essa discussão junto a técnicos para deliberar sobre o assunto”.* Logo depois, a Conselheira Cláudia defendeu sua nova propositura de fala em relação à alínea 321 julgando que o Conselho não poderia atuar frente à grade curricular dos cursos, mas sim quanto ao reconhecimento do curso, antecedendo qualquer tipo de ação. Contextualizou que se tratava do momento em que na 133ª Reunião Plenária estava sendo questionado quanto à votação da CEF-CAU/SC sobre o reconhecimento dos registos de egressos em cursos de Arquitetura e Urbanismo realizados à distância. Pontuou que a propositura era não atuar quando o problema já estava posto, mas sim, junto ao reconhecimento dos cursos com ensino à distância a fim de anteceder problemas em relação aos registros, faltas éticas e de fiscalização. O Secretário Jaime sugeriu à mesa manter a palavra “invasão” na alínea 104 pelo fato de que foi a palavra mencionada pelo Conselheiro Rodrigo Althoff e disse que no momento dos comunicados o Conselheiro Rodrigo poderia fazer algum reparo, caso desejasse. Destacou que alterar algo que não estava no vídeo seria um descompasso com a gravação. Depois, em relação à supressão do termo “de”, mencionou que seria feito o ajuste e no que diz respeito à sugestão relativa ao item **6.1. Eleição do (a) coordenador (a) adjunto (a) da Comissão de Ética e Disciplina** (alínea 208), falou que seria acrescentado o declínio do Conselheiro Rodrigo haja vista que constava no vídeo, mas não havia sido redigido. Por fim, sobre a propositura em relação à alínea 321, apresentou o texto original, o texto com a alteração de fala (conforme proposto pela Conselheira Cláudia), e o texto com a transcrição da fala, conforme dito na reunião e sendo assim, sugeriu manter o texto transcrito, evitando interpretação equivocada do que foi dito, bem como retificar o texto com nova redação em discordância com o registrado em vídeo, o qual a assessoria tem acesso para redigir a ata. O Conselheiro Gogliardo defendeu a manutenção das sugestões da Conselheira Cláudia em relação à alínea 104. O Conselheiro Rodrigo disse que acataria a sugestão de se manifestar no momento dos comunicados e julgou complicado e improdutivo a cada nova Plenária reformular os textos das atas. A Presidente expôs que seria mantida a redação original em relação à alínea 104 e se o Conselheiro Rodrigo desejasse, poderia se manifestar a respeito no momento dos comunicados. O Secretário Jaime disse que seriam acatadas as proposituras em relação às alíneas 208 e 319. Em relação à alínea 321, a Conselheira Cláudia informou que gostaria de retificar frase com sua fala, contida na ata da 133ª Reunião Plenária. A Presidente encaminhou a votação, adotando a transcrição na íntegra da fala da Conselheira Cláudia, evitando assim, interpretação equivocada do que foi dito na ocasião, bem como retificar o texto com nova redação em discordância com o registrado em vídeo. Na discussão do assunto, a Presidente Patrícia solicitou que constasse nos comunicados a retificação pleiteada pela Conselheira Cláudia em relação à ata da 133ª Reunião Plenária. Sem mais manifestações, a ata da 132ª Reunião Plenária Ordinária foi encaminhada para votação e aprovada por maioria dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Anne, Cláudia, Eliane, Henrique, Janete, José, Juliana, Larissa, Mariana, Maurício, Rodrigo, Rosana e Suzana, abstenções da Conselheira Carla e do Conselheiro Gogliardo e ausência da Conselheira Silvya. Em seguida, a ata da 133ª Reunião Plenária Ordinária foi encaminhada para votação e aprovada por maioria dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Eliane, Henrique, Janete, José, Larissa, Rodrigo e Rosana, abstenções das Conselheiras Anne e Carla e dos Conselheiros Gogliardo e Maurício, votos contrários das Conselheiras Cláudia, Juliana, Mariana e Suzana e ausência da Conselheira Silvya. No item **5. Apresentação de comunicados,** a Presidente explicou que o tempo de fala de cada relato estaria limitado a cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco, conforme o Artigo 47 do Regimento Interno do CAU/SC, informando que os comunicados teriam um caráter de fechamento do ano e para tanto ocorreria também, de maneira diferenciada, a participação das áreas internas, na figura dos assessores de comissões. **No item 5.1. Comunicado do CEAU-CAU/SC,** o Coordenador Ronaldo agradeceu pelo ano, no qual a AsBEA/SC atuou na coordenação do CEAU-CAU/SC e apresentou os membros que compõem o Colegiado. Após, apresentou algumas fotos nas quais foram expostos os acontecimentos mais relevantes do ano no âmbito do Colegiado e destacou que na última reunião foi discutido acerca do planejamento para o próximo ano, salientando que um dos temas colocados como pauta importante seria a realização de seminários pelo estado de Santa Catarina, relacionados à aprovação dos projetos auto declaratórios e aprovações digitais. Salientou que a ideia seria focar como esse processo estava acontecendo e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais para realizar essas aprovações. Expôs que a 42ª Reunião Ampliada do Colegiado contou com a participação de três entidades mistas e agradeceu pelo apoio do Vice-Presidente Ricardo Fonseca e da Secretária da Associação. Da mesma maneira agradeceu ao Conselho pelo “espaço” concedido, principalmente no “III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina”. Informou que foi possível realizar a assinatura do livro “Grandes Nomes da Arquitetura Catarinense – Arquitetura Moderna”, do Arquiteto e Urbanista Mário Biselli e o entregou à Presidente, bem como um exemplar do livro da AsBEA/SC: “Reconexão com o Mar”, para serem incluídos no acervo da biblioteca do CAU/SC. Ao final, disse que foi possível realizar o evento “Expo AsBEA - 2022” e informou que no dia doze de dezembro seria realizado o lançamento do livro “Grandes Nomes da Arquitetura Catarinense – Arquitetura Moderna”, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. No item **5.2.** **Relato dos Coordenadores das Comissões**, no **Relato da Comissão Ordinária de Ética e Disciplina,** a Coordenadora Janete apresentou os membros e os números da comissão no tocante às deliberações, processos éticos-disciplinares em andamento, bem como os que tiveram entrada e saída no presente ano. Também apresentou os dados relativos aos juízos de admissibilidade, com gráficos relativos aos anos de dois mil e dezenove a dois mil e vinte e dois e da mesma maneira, os dados relativos a esses anos em relação aos relatórios e votos fundamentados. Logo depois, expôs sobre o projeto da CED-CAU/SC: “Plataforma de Acompanhamento do Processos”, parabenizando o Advogado Cicero, assessor da comissão, pelo empenho e explicou um pouco sobre o funcionamento do mesmo. Agradeceu a todos os conselheiros e assessores da CED-CAU/SC. O Advogado Cicero agradeceu e parabenizou os membros da comissão pelo empenho e objetividade e fez um agradecimento especial ao Coordenador de Eventos Fernando Volkmer, que se empenhou e elaborou a plataforma de maneira espontânea. Também agradeceu à Secretária Bruna, ao Secretário Jaime, à Secretária Tatiana e ao Estagiário Alexandre. No **Relato da Comissão Ordinária de Ensino e Formação,** o Coordenador Gogliardo agradeceu à Analista Melina, assessora da comissão, à Assistente Juliana Steffens, ao Coordenador de Eventos Fernando Volkmer, ao Gerente Pedro, ao Secretário Jaime, às Conselheiras Larissa, Fárida e Anne e ao Conselheiro Newton Marçal. Lamentou informar que o principal objetivo da CEF-CAU/SC, constante no Regimento Interno do CAU – zelar pelo aperfeiçoamento da formação de Arquitetura e Urbanismo no estado - não foi atingido. Julgou que a situação da educação tanto à nível nacional e estadual estava crítica e disse que, no entanto, a comissão tinha se esforçado ao máximo. Em seguida apresentou os números da comissão em relação ao número de reuniões, deliberações, registros de novos profissionais, registros com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e duas homologações de registros de diplomados no exterior. Salientou que a comissão se debruçou bastante no que diz respeito à qualidade do ensino e por conta disso estava alterando alguns procedimentos tendo em vista o advento do ensino à distância. Informou sobre a participação dos membros da CEF-CAU/SC em diversos eventos externos com trocas de experiências e destacou como muito positivo o evento realizado no “III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina” - etapa Chapecó, o qual contou com a participação de professores, presidentes de entidades nacionais de arquitetura e urbanismo e três membros do Conselho Nacional de Educação, e visou o aperfeiçoamento das diretrizes curriculares. Após, mencionou os projetos da comissão: “CAU nas Escolas”, com andamento “tímido” diante do seu potencial e “Premiação Acadêmica”, com resultado bastante satisfatório, destacando as instituições de ensino superior com maior participação tanto em relação às inscrições, quanto em relação aos resultados das premiações: UNIVALI – Balneário Camboriú, UNISUL Florianópolis, UDESC – Laguna, Católica de Joinville e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Ao final, disse que o grande acontecimento foi a instituição dos “Diálogos sobre Ensino” nas etapas do “III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina” e que após dois anos à frente da coordenação, acreditava ter concluído sua etapa de contribuição à comissão. No **Relato da Comissão Ordinária de Exercício Profissional,** a Coordenadora Eliane agradeceu à equipe da comissão: Conselheiras Mariana e Rosana e Conselheiros José Alberto e Henrique, principalmente ao Arquiteto e Urbanista Fernando Hayashi, assessor da comissão, ao Gerente Técnico Pedro, ao Gerente de Fiscalização Leonardo, à Assistente Juliana e à Assessora Jurídica Isabel. Em seguida, expôs que a CEP-CAU/SC realizou um comparativo em relação às empresas e aos profissionais no tocante às interrupções de registros profissionais referentes aos anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois. Salientou que a comissão se aproximou da CEP-CAU/BR por meio dos Fóruns das Comissões de Exercício Profissional, fato que auxiliou em respostas mais rápidas, relatando que nesse ano a comissão passou a realizar uma comunicação mais efetiva. Por fim, apresentou todos os membros da comissão. No **Relato da Comissão Ordinária de Organização, Administração e Finanças,** o Coordenador Maurício agradeceu a contribuição de todos que auxiliaram de alguma maneira para que a comissão tivesse equilíbrio entre o ano anterior e o atual, em especial ao Gerente Filipe, assessor da COAF-CAU/SC e ao Assistente Vinícius, bem como ao Secretário Jaime e às Conselheiras Ana Carina, Eliane, Silvya e Lilian. Depois, disse que a comissão vinha atuando de maneira diferente em virtude de o Conselho ter como característica, na visão do profissional Arquiteto e Urbanista, a função de tão somente cobrar e para tanto, a COAF-CAU/SC vem realizando campanhas publicitárias de conscientização, sendo assim, uma comunicação mais amigável. Relatou que no mês de outubro e novembro foram realizados dois eventos importantes à nível nacional, os quais possibilitaram uma visão mais ampla do que é necessário organizar como um todo. Por último, mencionou sobre o Edital de Patrocínio que possibilitou o lançamento do livro “Grandes Nomes da Arquitetura Catarinense – Arquitetura Moderna” e disse que a comissão tinha foco na valorização da arquitetura catarinense, assim como na profissionalização e extensão, relatando sobre a existência de mais um Edital de Patrocínio: “Coletânea de Guias Práticos CAU – Aperfeiçoamento Tecnológico Profissional”. No **Relato da Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental**, o Coordenador Rodrigo expôs que a CPUA-CAU/SC teve muitas ações no ano de dois mil e vinte e dois e apresentou os membros bem como a assessoria da comissão: Assessor da Presidência Pery Segala e Estagiária Amanda. Em seguida apresentou os números da comissão no tocante às reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas e às deliberações. Ressaltou a importância das deliberações relacionadas às indicações de representantes regionais e apresentou os municípios para os quais esses representantes foram indicados. Ao final, destacou o evento da CPUA-CAU/SC “Diálogos Urbanos”, realizado na última etapa do “III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina”, no qual foram apresentadas visões diversificadas a respeito de vários temas, mencionando os palestrantes e os temas abordados pelos mesmos no referido evento. Nesse momento registra-se a presença da Conselheira **SILVYA HELENA CAPRARIO.** O Coordenador Rodrigo solicitou ao Conselheiro Douglas Virgílio, membro suplente da comissão, falar a respeito da entrevista concedida à CBN no dia sete de dezembro. O Conselheiro Douglas expôs que junto à Presidente Patrícia e ao Assessor Pery Segala, participou de entrevista informal sobre opiniões, na qual foi falado acerca de Arquitetura e Urbanismo, modais, mobilidade, concurso público, nova Sede, Congresso, dentre uma série de outras questões. Informou ser representante regional do CAU/SC no Plano Diretor Participativo de São José e no Plano Diretor Participativo de Santo Amaro da Imperatriz, destacando que talvez esta última foi a cidade mais afetada pelas atuais cheias e solicitou ao Conselho para que emitisse nota e se fizesse presente nesse momento difícil. Por fim, o Coordenador Rodrigo solicitou ao Coordenador Gogliardo que não deixasse a coordenação da CEF-CAU/SC no próximo ano. No **Relato da Comissão Especial de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social**, a Coordenadora Rosana parabenizou pela nova Sede do Conselho e agradeceu à equipe da comissão da CATHIS-CAU/SC e aos seus membros. Informou que a comissão teve um trabalho muito intenso com o intuito de colocar a ATHIS como política pública, a fim de implementá-la nos municípios de Santa Catarina. O Gerente Pedro, assessor da comissão, apresentou os membros e a assessoria da comissão e disse que a CATHIS-CAU/SC havia se pautado com o foco em manter algumas ações previstas no PEI-ATHIS, realizando oficinas e palestras sobre Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social em todas as etapas do “III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina”. Mencionou que a comissão buscou inovar e ampliar a efetivação como política pública, destacando que os Acordos de Cooperação se tornaram Convênios. Após, expôs sobre a participação da comissão no Congresso de Municípios, Associações e Consórcios de Santa Catarina no mês de agosto, bem como a realização de visitas técnicas aos setores de habitação e regularização fundiária dos municípios, envolvendo conselheiros locais. Informou que a comissão realizou visitas técnicas a alguns locais, em cada uma das cidades, para serem objeto de discussão nas oficinas práticas em cada uma das edições do Congresso. Destacou a realização dos “Diálogos sobre ATHIS” na etapa final do “III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina”, recebendo as boas práticas de Chapecó e Joinville, incluindo a participação do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado de Santa Catarina – SASC, que conseguiu captar recursos via Edital de Fomento do CAU/BR. Ao final, expôs as publicações da comissão: “Nova Cartilha ATHIS CAU/SC”, com foco na política pública e a “Nota Técnica”, publicada em junho, em parceria com a Federação Catarinense de Municípios - FECAM, que trata acerca da necessidade de estruturação dos setores de habitação dos municípios. A Conselheira Silvya, Coordenadora Adjunta da comissão, salientou o trabalho intenso da CATHIS-CAU/SC, com aproximação das comunidades e disse que o próprio Congresso auxiliou na aproximação das pessoas com interesse no tema. Depois, agradeceu ao Gerente Pedro e a todos conselheiros envolvidos. O Conselheiro Newton, membro suplente da comissão, cumprimentou a todos pela nova Sede e agradeceu especialmente à Presidente e às Conselheiras Silvya e Rosana, salientando que a comissão cumpriu sua missão. A Presidente agradeceu à atual comissão e à anterior. No item **5.3. Relato da Conselheira Federal**, a Presidente informou que a Conselheira Federal Daniela Sarmento e a Conselheira Federal Suplente Vânia Búrigo haviam justificado suas ausências e para tanto não haveria relato. No item **5.4. Relato da Presidência,** a Presidente agradeceu a todos os presentes e aos conselheiros. Falou que após o momento difícil pós pandemia, o Conselho teve uma “caminhada” bem diferenciada, com bastante percalços e salientou que as chuvas torrenciais ocorridas no estado mostraram a importância dos profissionais Arquitetos e Urbanistas. Em seguida, pontuou que o Conselho merecia ter uma nova Sede, um espaço para construir relações, fomentar a arte, cultura e boas práticas, assim como levar capacitação e conhecimento a respeito da profissão, destacando que aquisição do imóvel foi uma conquista imensa. Expôs que foi muito gratificante percorrer o território catarinense com o “III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina” e disse ter esperança de que todas as gestões futuras insiram o Congresso em seus calendários. Por último, mencionou sobre o lançamento do livro “Grandes Nomes da Arquitetura Catarinense – Arquitetura Moderna”, no dia doze de dezembro e disse que todos os conselheiros estavam convocados para participar do evento. A Conselheira Suzana endossou a fala da Presidente acerca dos profissionais do passado e do evento de lançamento do livro, solicitando a reativação da Câmara Temática “Cidade Patrimônio de Todos”. A Presidente disse que a reativação ficaria a cargo dos conselheiros. No item **5.4.1. Apresentação sobre os projetos e ações transversais do CAU/SC,** o Gerente João disse que foi preparada uma apresentação um pouco diferente do que seria o compilado das áreas técnicas, com ênfase em projetos e ações transversais. Contextualizou que o objetivo da apresentação era mostrar como funcionava a operacionalização e quanto o Conselho avançou em dois mil e vinte e dois, explicando que os projetos e as ações transversais são atividades que envolvem recursos de áreas distintas do CAU/SC, os quais requerem organização multidisciplinar e/ou geram resultados institucionais. Após, disse que seria falado acerca do concurso público de empregados, ações de combate à inadimplência, fiscalização e registros, projetos de dois mil e vinte e três, “III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina” e Sede própria do CAU/SC. Logo depois, o Gerente Filipe apresentou a linha do tempo dos concursos públicos de empregados realizados pelo CAU/SC. Mencionou que em abril do presente ano foi lançado edital para provimento de somente uma vaga para reposição do quadro funcional e as demais para cadastro de reserva. Pontuou que no mês de novembro ocorreu a homologação do concurso e no mês de dezembro foi efetuada a primeira convocação para o cargo vago, destacando que a novidade em relação ao último concurso foi a adoção do sistema de cotas, conforme prevê a legislação (pessoas com deficiência e pessoas pretas ou pardas). O Secretário Jaime esclareceu que existia regra para chamamento nesse sistema de cotas. O Gerente Filipe explicou que a comissão interna do concurso foi nomeada por portaria presidencial e citou os membros que a compuseram. A respeito das ações de redução da inadimplência, o Gerente Filipe explicou que se dava em decorrência do registro profissional ativo de profissionais ou empresas e que o Conselho tem a obrigação de efetuar as cobranças. Depois, apresentou quadro com os números relacionados às ações de redução da inadimplência em relação ao cenário atual dos registros profissionais e também mapa com as cidades nas quais os profissionais ativos estão centralizados. Destacou que um dos focos em relação a essas ações de redução da inadimplência foi investir na comunicação preventiva, por meio do envio de e-mails de notificação com aviso a respeito do débito assim como o envio de e-mails para os profissionais em dia com o Conselho. Também apresentou os números relativos a essas ações. Logo depois, no tocante à execução fiscal (resumo do ano de dois mil e vinte e dois), explicou que a cobrança em fase administrativa compreendia o âmbito da Gerência Administrativa e Financeira, citando as maneiras utilizadas para notificar o profissional inadimplente. Explanou que a cobrança em fase executiva compreendia o âmbito da Assessoria Jurídica e apresentou os números relativos às ações ajuizadas de dois mil e dezenove a dois mil e vinte e dois; acordos judiciais de dois mil e vinte a dois mil e vinte e dois; acordos quitados; valor recuperado; acordos parcelados e valor a ser recuperado. Finalmente, expôs o envio de avisos pré-vencimento e de lembrete de pagamento como melhoria pretendida para o ano de dois mil e vinte e três em relação à execução fiscal. Com relação à fiscalização e registros, o Gerente Leonardo informou que as três principais frentes de ação da Gerência de Fiscalização em dois mil e vinte e dois foram: exercício ilegal da profissão; pessoa jurídica 100 % e fiscalização *in loco,* apresentando os percentuais relativos a cada um deles. Após a interrupção da reunião em decorrência de queda de energia, a Presidente retomou a reunião do ponto em que parou anteriormente. O Gerente Leonardo também apresentou as porcentagens em relação à fiscalização dos registros de Pessoa Jurídica e mencionou que o exercício legal receberia uma “força” para o próximo ano no âmbito do monitoramento de bacharéis e monitoramento dos registros interrompidos. Ao final, sobre a fiscalização *in loco,* informou que ocorreu uma forte atuação no presente ano e que o cargo de agente de constatação era um projeto específico para o próximo ano. Em seguida, o Gerente João disse que se optou pelo cargo de agente de constatação haja vista que impactaria em várias frentes de atuação, explicando que a ideia seria inovar na realização das atividades de campo, ter foco na automação do processo e presença ampliada como fator de reconhecimento do CAU/SC pela sociedade. Depois, disse que o Conselho estava trabalhando em sua preparação e apresentou as ações que já estavam em andamento no ano de dois mil e vinte e dois. Além disso, apresentou uma nova ferramenta, disponível no *Microsoft Teams*, o *Microsoft Power Apps,* no qual podem ser criados aplicativos com pouca codificação, que auxiliaria o agente de constatação em suas rotinas de trabalho. Sobre os projetos de dois mil e vinte e três, o Gerente João expôs que foi feita uma reavaliação da metodologia de composição de propostas, sendo que inicialmente estavam contemplados quarenta e dois projetos para serem executados e após adequações o número foi reduzido para vinte e quatro projetos. Pontuou que, no entanto, o valor médio havia sido incrementado em 22,58 % e mostrou como restou a distribuição dos projetos. A respeito do “III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina”, o Assessor Segala apresentou os números em relação às cidades, participantes diretos, tempo de conteúdo disponível e inserções em mídia espontânea, destacando um aumento de dez por cento do número de seguidores nas mídias sociais. Mostrou imagens das diversas inserções espontâneas nas mídias, registradas nas redes sociais e destacou que ao longo das etapas do Congresso foram realizadas avaliações com os participantes, fato que permitiu uma melhoria contínua. O Gerente João ressaltou que foi adotada uma metodologia de trabalho (Scrum), que permite uma visualização gráfica de tudo que precisava ser feito com o foco na jornada do participante a fim de possibilitar uma melhoria constante. Apresentou as porcentagens dos investimentos por etapa, bem como em relação às despesas por tipo e também os palestrantes de cada etapa do Congresso. Posteriormente, sobre a Sede própria do Conselho, o Secretário Jaime, que atuou como assessor da Comissão Temporária de Patrimônio, disse que o objetivo da apresentação era demonstrar o lapso de tempo da implantação do projeto a sua concretização. Mostrou a composição das Comissões Temporárias de Patrimônio ao longo dos anos e relatou que os escopos foram mudando até que se chegou a atual composição. Após, apresentou a linha do tempo da comissão no ano de dois mil e vinte e um com a sua instituição, trabalhos realizados até o declínio da oferta de imóvel do Governo do Estado por meio de cessão pública, bem como a linha do tempo em relação aos trabalhos da comissão em dois mil e vinte e dois, sendo que no mês de novembro foi assinado o contrato de posse do imóvel adquirido. Ao final, agradeceu à Presidente pela confiança em seu trabalho e às pessoas que estão na retaguarda, na figura da Secretária Bruna. A Presidente pontuou que o Secretário Jaime auxiliou sobremaneira a comissão e que a Coordenadora Silvya e o Coordenador Adjunto Gogliardo fizeram acontecer algo que era sonhado há muito tempo. Acrescentou que se tratou de uma construção coletiva, que considerou todo trabalho realizado no passado e disse que a intenção seria trazer os órgãos internos do Conselho para ocupar os três pavimentos do imóvel e entregar a sala que atualmente está alugada. Por fim, destacou a aspiração dos Arquitetos e Urbanistas em ter um concurso público de projeto para a nova Sede e sendo assim, os projetos foram divididos em dois: projeto funcional para ocupação das áreas internas e projeto mais conceitual para o pavimento térreo, sobreloja, ático e fachada. A Conselheira Silvya parabenizou o Secretário Jaime pela evolução do trabalho na Comissão Temporária de Patrimônio. No item **6. Ordem do Dia,** a Presidente explicou que estaria limitado a duas manifestações para cada conselheiro de até três minutos para cada matéria, conforme o Artigo 54, III, do Regimento Interno do CAU/SC. No item **6.1. Autorização de assinatura de Termo de Fomento - Projeto - Guia orientativo de Contratos BIM (Origem: COAF-CAU/SC),** a Presidente expôs que a COAF-CAU/SC conseguiu realizar dois Termos de Fomento, explicando que o valor que sobra em caixa no ano, não aplicado em projetos, é destinado ao *superávit,* que só pode ser acessado para alguns projetos especiais. Em seguida, elucidou que no presente ano a comissão conseguiu realizar dois editais, ponderando que o CAU, a nível nacional, passou pela “1ª Pesquisa sobre Digitalização na Arquitetura e Urbanismo”, a qual teve praticamente seis mil profissionais respondentes, sendo que se entendeu que o CAU/SC precisava dar uma resposta. Expôs que a proposta mais bem ranqueada estava projetada em tela. O Secretário Jaime contextualizou que após o recebimento das propostas é preciso nomear uma comissão, destacando que o Plenário precisaria autorizar a Presidência a assinar o Termo de Fomento e que para ser assinado ainda nesse ano, a entidade precisaria terminar de encaminhar a documentação, sendo que ainda tinha prazo para isso. Pontuou que o encaminhamento seria no sentido de autorizar a assinatura condicionada à emissão de parecer jurídico favorável. O Conselheiro Rodrigo, na condição de membro da Comissão de Seleção dos Projetos do Edital de Chamada Pública nº 03/2022, complementou a fala do Secretário Jaime salientando que a autorização da assinatura do projeto seria um passo à frente para a utilização da tecnologia como ferramenta de trabalho. Mencionou que foram recebidas duas propostas, as quais foram avaliadas e posteriormente escolhida uma delas. Acrescentou que foi apresentado um Plano de Trabalho referente ao projeto selecionado, o qual estava em diligência, pois foi considerado incompleto pelo fato de que teria outros parceiros participantes, e sendo assim, a comissão solicitou seu detalhamento com todos os recursos do projeto e os demais parceiros. Falou que no que diz respeito à participação financeira do Conselho enquanto fomentador, a análise técnica feita pela equipe e pela comissão de seleção estava de acordo. O Secretário Jaime efetuou leitura da minuta de deliberação. Sem manifestações, a Presidente encaminhou para votação a minuta de deliberação apresentada, que foi aprovada por maioria dos presentes, conforme deliberação plenária emitida (DPOSC nº 706/2022). Nos itens **6.2. Convênio CAU/SC e Município de Chapecó – ATHIS (origem: CATHIS-CAU/SC)** e **6.3 Convênio CAU/SC e Município de Florianópolis – ATHIS (origem: CATHIS-CAU/SC),** o Gerente Pedro disse que os dois textos dos convênios eram praticamente iguais, com algumas peculiaridades. Explicou que as propostas eram oriundas da CATHIS-CAU/SC e que as minutas de convênio já haviam passado por análise jurídica, com parecer apontando pela licitude. Apresentou histórico e justificativa acerca do assunto e explicou que em resumo cabia ao Conselho o repasse de recurso, acompanhamento, fiscalização e apoio para o cumprimento dos objetos; e aos municípios, a execução e a prestação de contas dos objetos. Também expôs o valor de repasse destinado ao município de Florianópolis: setenta mil reais e ao município de Chapecó: cinquenta mil reais, e o objetivo geral e específico dos convênios em questão. Por fim, apresentou o cronograma dos convênios, com as etapas e descrições sucintas, responsáveis e programação prevista. A Conselheira Mariana questionou se o Conselho fiscalizaria cada uma das etapas de responsabilidade das prefeituras. O Gerente Pedro disse que o Conselho já estava em contato direto com as prefeituras e que uma vez os convênios assinados, seriam realizadas reuniões mensais para acompanhamento da execução dos mesmos. A Conselheira Cláudia questionou quais eram as contrapartidas dos municípios em relação aos valores de repasse apresentados. O Gerente Pedro explicou que os valores eram referentes à execução de fato. A Conselheira Cláudia julgou que dessa maneira os municípios não se comprometeriam de fato em fazer política pública e que seria necessário colocarem algo “físico” e financeiro. O Gerente Pedro destacou que conforme descrito no cronograma, os municípios seriam responsáveis por todas as etapas de execução. A Conselheira Cláudia discordou da elaboração de projetos por parte das prefeituras pontuando que na gestão passada foi elaborada uma lista de profissionais que se colocaram à disposição e que as instituições deveriam trazê-los pelo fato de já terem entendimento, capacitação e consolidação, em uma continuidade de ações. A Conselheira Suzana disse que o serviço era obrigação da entidade pública, julgando que da maneira exposta o Conselho estaria pagando por duas vezes. O Conselheiro Rodrigo ressaltou a importância da participação efetiva da Federação Catarinense de Municípios - FECAM e parabenizou a ação com as duas prefeituras, considerando o atual processo uma continuidade do iniciado anteriormente. A Conselheira Silvya, na condição de Coordenadora Adjunta da CATHIS-CAU/SC, disse que a questão dos convênios seria um *start* nos projetos, mencionando que a intenção seria auxiliar as pessoas necessitadas. O Conselheiro Newton, na condição de membro suplente da CATHIS-CAU/SC, julgou que as ações ficavam muito no discurso e que se esquecia de aplicar recurso na ponta. Expôs que a Prefeitura Municipal de Florianópolis

estava extremamente disposta, fazendo sua tarefa, destacando que a comissão participou de várias reuniões com todos os setores da habitação da referida Prefeitura e que a ideia era aplicar os recursos na ponta. O Conselheiro Maurício disse que todas as colocações eram importantes, mas o problema da CATHIS-CAU/SC e do Conselho como um todo era a burocracia. Pontuou que as prefeituras deveriam executar diversas normas, inclusive incluir no orçamento a questão da habitação de interesse social, entretanto isso não acontecia, e ressaltou que a maneira de o Conselho fiscalizar seria por meio da realização de convênio. A Conselheira Mariana demonstrou preocupação no que diz respeito à contrapartida do Conselho em relação aos profissionais Arquitetos e Urbanistas no sentido de oportunizar aos mesmos a execução das atividades relacionadas a esses convênios. A Conselheira Suzana questionou se durante as conversas com as prefeituras foi colocada a proposta de o setor público investir o mesmo valor junto com o Conselho e se caso sim, qual foi a receptividade da resposta. A Conselheira Rosana, na condição de Coordenadora da CATHIS-CAU/SC, relatou que se fala em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social desde dois mil e dezesseis, quando o IAB/SC percorreu o estado de Santa Catarina tratando sobre o assunto. Disse que no presente ano a comissão teve o privilégio de trabalhar a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social como política pública, sendo que dessa maneira existia a necessidade de parceria com os municípios. Informou que a atual comissão aproveitou o trabalho realizado anteriormente e elaborou um novo formato de atuação, no sentido de realizar obras, repassando a responsabilidade aos municípios. Por fim, disse que os convênios traziam “projetos pilotos”, os quais eram bem vistos nos demais municípios catarinenses. O Gerente Pedro disse que de fato existia um cadastro de profissionais disponíveis para trabalhar com Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, entretanto questionou de que maneira os mesmos poderiam trabalhar haja vista que a não existência de vínculo do beneficiário com o profissional, fato que impossibilitaria o gerenciamento dessa situação. Após, em relação à fala da Conselheira Suzana, expôs que o município de fato tem a obrigação de investir recurso, porém não o possui e que a contrapartida seria a execução das atividades por profissionais das prefeituras. Por fim, disse que a tentativa de incluir um outro órgão no acordo geraria mais prazo, fato que impossibilitaria as iniciativas. A Conselheira Cláudia julgou louvável a atitude de o Conselho realizar parcerias, mas que na forma da descrição estava sendo deixada a oportunidade de ter profissionais Arquitetos e Urbanistas envolvidos de fato com o compromisso perante o município a fim de que fosse entendida a amplitude da profissão. O Gerente Pedro justificou a questão da dificuldade na contratação de profissionais nesse tipo de situação pelo fato de ser necessário existir um agente administrador para efetuar a contratação, fato que implicaria na cobrança por parte da entidade, sendo que parte do recurso que seria aplicado em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social seria destinado a essa administração. Acrescentou que para o Conselho fazer dessa maneira, seria necessário lançar edital público para cadastramento das entidades e destacou que existiam limitações legais e morosidades relacionadas à burocracia para efetuar esse tipo de contrato. O Conselheiro Gogliardo sugeriu englobar um indicativo condicionando a renovação do convênio a um esforço de estimular, incentivar e garantir a contratação de profissionais Arquitetos e Urbanistas. A Conselheira Mariana sugeriu a inclusão de uma cláusula nesse sentido. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação as minutas de deliberação apresentadas, que foram aprovadas por unanimidade dos presentes, conforme deliberações plenárias emitidas (DPOSC nº 707/2022 e DPOSC nº 708/2022). No item **6.4. Criação do emprego de provimento em comissão de Assessor de Comunicação (origem: PRES-CAU/SC),** a Presidente contextualizou que no passado as comissões temporárias tinham um formato diferenciado, que permitia a participação de Arquitetos e Urbanistas externos, sendo que atualmente não é mais possível. Disse que integrou a comissão temporária de comunicação, pontuando que se tratava de uma questão bastante sensível, algo que há muito tempo o Conselho vinha tentado “acertar”. Em seguida, por questões técnicas, sugeriu a inversão do item de pauta. No item **6.5. Criação da Comissão Temporária de Concurso Público da Sede (origem: CD-CAU/SC),** a Presidente contextualizou que a proposta de criação da referida comissão surgiu no Conselho Diretor. Em seguida, o Secretário Jaime efetuou leitura da minuta de deliberação. O Conselheiro Maurício julgou importante o Conselho ter uma referência visual, destacando que com a aquisição da nova Sede isso seria possível. Após, expôs os motivos pelos quais os nomes haviam sido indicados. A Conselheira Cláudia disse que conforme o artigo 121 do Regimento Interno do CAU/SC, as comissões temporárias deveriam ser instituídas pelo Plenário, e não pelo Conselho Diretor, mediante proposta apresentada pela Presidência, ou mediante deliberação apresentada por comissão ordinária ou pelo Conselho Diretor. Depois, efetuou leitura do artigo 124 do Regimento Interno do CAU/SC: *“As comissões temporárias serão compostas por um número fixado pelo Plenário do CAU/SC, em no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, entre conselheiros titulares do CAU/SC e profissionais com experiência ou conhecimento comprovado no tema, tendo por base sua complexidade”.* Sendo assim, considerou que o Plenário deveria votar para que a composição da comissão fosse realizada em reunião Plenária. A Presidente disse que se tratava de uma proposta oriunda do Conselho Diretor e como exposto pela Conselheira Cláudia, deveria ser aprovada pelo Plenário e por isso estava sendo trazida para aprovação. Destacou que a proposta já veio “fechada” do Conselho Diretor. A Conselheira Cláudia julgou que os profissionais com conhecimento notório eram excluídos nesse tipo de situação, ressaltando que deveriam ser indicados profissionais com conhecimento comprovado no tema. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a minuta de deliberação apresentada, que foi aprovada por maioria dos presentes, conforme deliberação plenária emitida (DPOSC nº 709/2022). Retomando o item **6.4. Criação do emprego de provimento em comissão de Assessor de Comunicação (origem: PRES-CAU/SC),** o Gerente João explicou que seria apresentada proposta para adequação da estrutura do Conselho que é relevante para a comunicação e cumprimento da visão e missão do Conselho. Expôs que a Gerência Geral do CAU/SC elabora diversos estudos e vinha apresentando junto ao Conselho Diretor e à Presidência um deles, em estado crítico: a situação da comunicação na Assessoria da Presidência, que alcançou um ponto que necessita de tomada de ação. Apresentou os problemas identificados e as necessidades de melhorias, assim como a estrutura atual da Assessoria da Presidência, destacando que atualmente o Coordenador de Eventos realiza a gestão da atividade da empresa de eventos. Ressaltou que o Conselho internaliza a parte de planejamento e terceiriza a execução das atividades e mencionou que a assessoria de comunicação ficava exclusivamente a cargo do Assessor da Presidência. Expôs que para o próximo ano havia uma previsão do contrato da agência de propaganda, que visa dar suporte ao plano estratégico de comunicação, ressaltando que dessa maneira existiria uma sobrecarga operacional e dificuldade na gestão do contrato. Posteriormente, disse que a proposta era implantar o cargo de Coordenador de Comunicação para atuar na parte executiva de comunicação e no gerenciamento do contrato da agência de propaganda. Também pontuou que ficaria a cargo do Coordenador de Comunicação: estratégia de comunicação, produção de conteúdo, mídias sociais, *endomarketing* e comunicação em geral. Ressaltou que para tanto havia uma necessidade de equilíbrio entre a estrutura e o orçamento, sendo que o “corte” de orçamento era precisamente aquele que atualmente está alocado no orçamento do próximo ano, do contrato de assessoria de comunicação, salientando que os recursos seriam suficientes e inclusive sobrariam para a parte de publicidade. Logo depois, disse que estava sendo tratado sobre o cargo de Coordenador de Comunicação e não sobre o cargo de Assessor de Imprensa, e apresentou as atividades de cada um dos cargos bem como os requisitos para o cargo de Coordenador. A Presidente explicou que atualmente o Conselho tem contrato com uma agência de comunicação e dessa maneira o profissional era terceirizado, destacando que o trabalho de consolidação era perene, que necessita de um “programa” a ser seguido pelas gestões. A Conselheira Cláudia disse que de acordo com a legislação vigente o Conselho já havia extrapolado o número limite de cargos em comissão e que gostaria de saber sobre suas ponderações. A Presidente explicou que do ponto de vista de organização seria feita uma reestruturação interna e que em conversa com o Ministério do Trabalho foi verificado que não existia um extrapolamento, mas sim disposições sobre quais são os cargos que devem ser contratados via concurso público, sendo que existem cargos os quais não se enquadram. Acrescentou que da criação do cargo a sua efetiva contratação seria um segundo passo. Mencionou que a Conselheira Federal Daniela Sarmento havia levado ao Plenário do CAU/BR uma proposta de alteração do limite prudencial de investimento em folha, sendo que havia sido aprovada, passando o limite prudencial a ser de sessenta por cento. Após, ressaltou que mesmo com a aprovação do cargo em questão o CAU/SC não alcançaria esse limite que foi aprovado. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a minuta de deliberação apresentada, que foi aprovada por maioria dos presentes, conforme deliberação plenária emitida (DPOSC nº 710/2022). No item **6.6. Calendário de reuniões do CAU/SC – 2023 - homologação (origem: CD-CAU/SC),** o Secretário Jaime apresentou a proposta do calendário de reuniões. Sem manifestações, a Presidente encaminhou para votação a minuta de deliberação apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes, conforme deliberação plenária emitida (DPOSC nº 711/2022). No item **6.7. Recomposição do Plenário do CAU/SC – homologação (origem: PRES-CAU/SC),** o Secretário Jaime explicou que o Plenário do CAU/SC estava sendo recomposto sem conselheiros suplentes. Sem manifestações, a Presidente encaminhou para votação a minuta de deliberação apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes, conforme deliberação plenária emitida (DPOSC nº 712/2022). No item **7. Comunicado dos Conselheiros,** a

Conselheira Cláudia, com relação ao assunto tratado nas linhas 114 a 121 da presente ata, solicitou que ficasse registrada a retificação de sua fala, contida na ata da 133ª Reunião Plenária (linhas 323-335), para os seguintes termos: “*Após, questionou se o Conselho não deveria estar atuando frente às instituições de ensino, no que compete ao pedido de reconhecimento dos cursos de arquitetura e urbanismo junto ao MEC, quando o ministério abre um prazo para que os conselhos de classe se manifestem a respeito do reconhecimento de cursos, ao invés de deliberar sobre algo já colocado, numa situação delicada, sugerindo ampliar essa discussão junto a técnicos externos ao conselho, para deliberar sobre o assunto”.* Posteriormente, a Presidente lembrou que era um dia festivo, com “portas abertas” e que à noite seria realizada a entrega da Premiação Acadêmica. Acrescentou que foram convidados alguns artistas para exporem suas artes nos andares superiores do edifício e informou que o projeto “Arte para Todos”, que a Organização Não Governamental ASAS trouxe na figura da Jornalista Simone Bobsin, reverteria a renda do leilão das obras doadas pelos artistas para a manutenção e ampliação das oficinas de arte em dois mil e vinte e três às crianças atendidas no contraturno escolar. A Conselheira Silvya agradeceu a todos pela oportunidade de participar da reunião e disse sentir que a dedicação dos funcionários e dos conselheiros era grande. Mencionou que em sua opinião deveria ser repensada a forma de agir e buscar trabalhar juntos independentemente de ideologias e chapas. A Conselheira Larissa disse que os artistas manifestaram interesse em manter suas obras expostas por mais dias. A Presidente disse que também era de interesse do Conselho mantê-las expostas e que seria avaliada a questão da segurança do prédio. O Conselheiro Rodrigo parabenizou a Presidente e toda a equipe pela agilidade dos trabalhos em preparar o prédio para realização da presente reunião plenária e desejou boas vindas às Conselheiras Carla e Suzana, bem como às Conselheiras Anne e Mariana. O Conselheiro Henrique parabenizou a todos e disse ter orgulho por fazer parte do “time”. A Presidente solicitou aos conselheiros para que assinassem a lista de presença a fim de possibilitar aos artistas verificarem quem apreciou suas obras. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos. Para constar, eu, Bruna Porto Martins, Secretária do CAU/SC, lavrei a presente ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pela Presidente para que reproduza os efeitos legais.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Patrícia Figueiredo Sarquis HerdenPresidente do CAU/SC | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Bruna Porto MartinsSecretária do CAU/SC |